

A alegria do Brasil veio da África

» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira de Letras



Quando presidente da República, vispei Cabo Verde, então governado pelo meu saudoso amigo Aristides Pereira. Foi uma admiração baseada na sua história de lutador pela independência de Cabo Verde e por seu trabalho à frente daquele país.

Foi uma recepção inesquecível. Na ilha da cidade de Praia, sede do governo, desembarcamos e fomos recebidos por uma multidão com galhos de árvores, tambores e uma grande alegria. Estava acompanhado por Jorge Amado.

Quando vi a alegria naquelas manifestações musicais, virei para Jorge e disse: "Você está vendendo o que estou vendendo?" E, em seguida, acrescentei: "Estou vendo na beleza dessa multidão em sua manifestação que a alegria do Brasil e do povo brasileiro veio da África. Você pode ver essa multidão aqui em Cabo Verde como eu posso ver no Maranhão, e você, na Bahia."

O sangue africano, fundamentalmente, contribuiu para a formação do caráter e da identidade do povo brasileiro, de tal modo que podemos afirmar sermos um país mestiço. Praticamente nenhum brasileiro pode negar que essa marca esteja presente em seu DNA.

Pois bem. É uma vergonha que a escravidão no Brasil tenha se prolongado até o fim do século 19. Mas a libertação dos escravos foi um dos maiores movimentos brasileiros na construção de uma consciência nacional contra o sistema de terror que a escravidão representava.

O terceiro maior quilombo do Brasil foi

comandado pelo Negro Cosme, líder do Quilombo da Lagoa Amarela, no Maranhão. A primeira coisa que fez no Estado foi fundar uma escola de leitura e escrita. Ali se reuniam quase 3 mil negros. Foi mártir, enforcado em Itapucuru-mirim, no Maranhão.

Não me canso de dizer que, ao lado de Zumbi, a luta da raça negra deve invocar essa figura notável, heroica, brava e altamente revolucionária, que nos deu o exemplo de querer para o seu povo a ascensão através da educação.

No Brasil não podemos falar da Abolição sem invocar a figura de Joaquim Nabuco, que dedicou sua vida, sua obra e seu talento a essa causa, ajudado pelo maranhense Joaquim Serra, a quem o próprio Nabuco reconhecia que, sem ele, jornalista e lutador, a campanha da Abolição não teria sido o que foi. Foi seu assessor e companheiro. Infelizmente, Joaquim Serra morreu antes que a Abolição fosse proclamada.

A comemoração do centenário da Abolição ocorreu durante a minha presidência. Não quis fazer festa, mas marcar a data com a minha convicção de que a nossa luta contra a discriminação racial dos negros tinha tido, até então, apenas manifestações políticas, nas quais não se via nenhuma providência concreta para a sua ascensão social, única fórmula para a sua participação nas decisões nacionais e a extinção da discriminação.

Criei a Fundação Palmares, que até hoje é o grande instrumento a promover esse destino. Por outro lado, como senador, sem que nunca se tivesse falado sobre isso no Brasil, apresentei no Congresso Nacional o primeiro projeto abrangente sobre cotas raciais e ações afirmativas, dando a oportunidade de os negros terem uma cota de participação não somente no ensino médio e no universitário, mas também em vários setores da sociedade, de modo a que eles ascendessem a camadas mais altas em nosso

país. E assim vejo na televisão, nas novelas, em telejornais e em diversos programas a participação do talento negro com seus valores, sua alegria, sua cultura e sua musicalidade, que eles trazem no sangue.

As cotas raciais e a Fundação Cultural Palmares têm ajudado na ascensão social, política e econômica dos negros no Brasil.

O que me inspirou não foi a motivação política, mas a do intelectual que sempre esteve ao lado da luta dos negros e ao lado de Afonso Arinos, que propôs a tipificação da discriminação de raça e cor (Lei Afonso Arinos, Lei nº 1.390/1951). Minha inspiração vinha também do exemplo americano, onde a política de inclusão racial funcionava desde o fim da década de 1960.

Aqui no Brasil, iniciamos, em 1971, o movimento para a criação, em 1978, do Dia Nacional da Consciência Negra, homenageando Zumbi dos Palmares, e tornamos a data feriado nacional em 2023/2024, lei sancionada pelo presidente Lula. Os Estados Unidos iniciaram uma homenagem, em 1968, ao seu grande líder negro assassinado, Martin Luther King Jr., e tornaram a data feriado federal em 1983, com início em 1986.

A comemoração que se fez ontem no Brasil, com o Feriado Nacional da Consciência Negra, é motivo de orgulho para todos nós.

O Brasil é um país mestiço, o que tive a oportunidade de proclamar em discurso nas Nações Unidas. Muitos não compreenderam, envolvidos no espírito da discriminação. Essa diversidade étnico-cultural não deve ser escondida, mas, sim, celebrada com satisfação.

Isso é um trunfo, e um trunfo nosso, característica do povo do Brasil, cuja alegria veio da África. E isso foi expresso ontem pelo Dia Nacional da Consciência Negra.

Viva!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circe.cunha.adf@abrc.com.br



A ética perdida

Criada na Grécia antiga pelos filósofos Sócrates, Platão e, principalmente, Aristóteles, a ética sempre foi entendida como um eixo orientador da vida humana, um critério para a virtude, para a justiça e para a convivência social pautada pelo bem comum. Não por acaso, transformou-se em disciplina própria dentro da filosofia, justamente porque estabelece o fundamento do que deve ser uma vida virtuosa, pacífica e feliz. Quando se observa esse legado, percebe-se que ética e moral são indissociáveis, sobretudo nas relações sociais e políticas, pois ali se decide não apenas o destino de instituições, mas de gerações inteiras.

Na política, ética não é um ornamento teórico; é condição de governança. Envolve honestidade, transparência, responsabilidade, justiça e respeito aos direitos humanos. Sem esses princípios, qualquer governo, por mais robustas que sejam suas estruturas, transforma-se em mero simulacro de poder, incapaz de promover desenvolvimento real ou estabilidade institucional. O Brasil conhece bem esse processo corrosivo. Há décadas, a população assiste, perplexa e cada vez mais descrente, ao desfile contínuo de escândalos de corrupção que corrói a confiança no Estado e fere de morte a própria democracia.

Do Mensalão à Operação Lava Jato, passando agora pelos casos de desvios bilionários que atingem aposentados, justamente o grupo mais vulnerável e que deveria ser protegido, o país revela, repetidas vezes, uma ferida que nunca cicatriza. A cada novo escândalo, a sensação é de que a ética se tornou presença rara, quase exótica, no exercício da política nacional. E o mais grave: enquanto a sociedade clama por integridade e justiça, o Estado e seus representantes demonstram uma surdez seletiva, incapaz de ouvir a demanda mais básica de um povo que deseja apenas ser governado com decência.

É preciso reconhecer um fato incômodo: a corrupção, no Brasil, não é fenômeno difuso ou espontâneo. É, por exceléncia, um produto gerado pelo próprio Estado e por seus agentes, eleitos ou não. Nasce onde há concentração de poder, baixa transparéncia, impunidade crônica e estruturas burocráticas que facilitam o desvio, o superfaturamento e o uso privado do dinheiro público.

Ao longo do tempo, isso produziu uma cultura institucional que normaliza a imoralidade, que tolera o ilícito como método administrativo e que recompensa quem deveria ser punido. Os efeitos são devastadores. A corrupção drena recursos essenciais para a educação, a saúde, a segurança pública e a infraestrutura. Impede investimentos estratégicos, retarda o crescimento econômico, afugenta empresas sérias e desestimula qualquer tentativa de planejamento de longo prazo. Pior ainda: consolida uma pedagogia perversa para as novas gerações, ensinando, pelo exemplo dos poderosos, que vantagem pessoal vale mais do que o interesse coletivo.

Não há futuro possível para um país que cresce desconectado da ética. As crianças e os jovens que hoje assistem ao noticiário e veem governantes, gestores públicos e empresários envolvidos em tramas criminosas aprendem que o Estado pode ser capturado, que a lei é maleável e que a impunidade é quase garantida. Esse aprendizado tácito destrói a confiança social e amplia o cinismo político, abrindo caminho para novas formas de autoritarismo e para o descrédito completo das instituições democráticas.

Por isso, o debate sobre ética na política não pode mais ser adiado. Trata-se de uma urgência nacional, de uma agenda civilizatória. O país precisa recuperar a centralidade da virtude na vida pública, reconstruir mecanismos de controle, fortalecer órgãos de fiscalização, proteger denunciantes e punir com rigor quem trai o interesse público. Mais do que isso: precisa reafirmar que o Estado existe para servir ao cidadão, e não o contrário.

Sem ética, nenhuma nação se sustenta. O Brasil já pagou caro demais pelo distanciamento da moralidade pública. Persistir nesse caminho é condenar as próximas gerações a um futuro reduzido, injusto e moralmente desabitado. A reconstrução ética do país é, portanto, a única obra verdadeiramente inadiável, porque dela dependem todas as demais. A escola, a família e a comunidade precisam assumir um compromisso explícito com a construção de valores como honestidade, responsabilidade, respeito, empatia, justiça e valores que, quando enraizados na infância, tornam-se a base sólida de uma sociedade íntegra.

Educar éticamente não significa impor doutrinas, mas oferecer às crianças ferramentas para discernir o certo do errado, compreender as consequências de seus atos e reconhecer que o bem comum depende da ação de cada indivíduo. Ensinar ética às crianças é, portanto, uma estratégia de longo prazo para a transformação do país. É formar cidadãos capazes de rejeitar práticas imorais, pressionar por governos integros e participar da vida democrática com consciência e coragem. Se quisermos que as futuras gerações vivam em um Brasil mais digno, precisamos começar pelo óbvio: ensinar ética enquanto ainda estamos moldando o caráter de quem irá herdar este país. Sem isso, continuaremos reféns da mesma engrenagem que, há décadas, corrói nossa democracia e compromete nossos sonhos coletivos.

A frase que foi pronunciada

"Não há dúvida de que, à medida que a ciência, o conhecimento e a tecnologia avançam, tentaremos realizar coisas mais significativas. E não há dúvida de que sempre teremos que ponderar essas ações com ética."

Ben Carson

Incluir para resistir: o futuro das cidades

» CLAIRE MARKGRAF
Diretora C40 para
Financiamento de Cidades



» ANA ZORNIG JAYME
Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano de Curitiba (IPPUC)

» SUZANNE SPOONER
Responsável do Polo de Territórios no Brasil na
Agência Francesa de Desenvolvimento.

Omundo se urbaniza rapidamente: hoje, metade da população mundial vive em cidades e, em 2050, serão 70%. A ONU-Habitat alerta que, sem mudanças, o número de pessoas em áreas precárias pode dobrar até 2030, atingindo 2 bilhões. No Brasil, os impactos da crise climática recaem de forma desigual: moradores de assentamentos informais, famílias de baixa renda, mulheres e idosos estão mais expostos a ondas de calor, enchentes e deslizamentos. O acesso à moradia, transporte, energia, água e saneamento permanece desigual. Para que a transição climática seja eficaz, precisa ser também justa.

A biodiversidade urbana desempenha um papel crucial nas cidades brasileiras. A urbanização desordenada fragmenta habitats e agrava ilhas de calor. Desde 2007, o Grupo AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) mobilizou 1,2 bilhão de euros para proteger e

restaurar ecossistemas urbanos. Soluções baseadas na natureza, como parques urbanos, agricultura urbana e fachadas verdes, fortalecem a saúde pública, a promoção de ecossistemas saudáveis, melhoria da qualidade da água e do ar, e resiliência. Um guia técnico de biodiversidade urbana ajuda as cidades a integrarem essas abordagens no planejamento. Cidades só serão resilientes se forem também inclusivas: proteger os mais vulneráveis, construir com os cidadãos e integrar a perspectiva de gênero é o caminho para um futuro urbano justo.

Projetos concretos ilustram como esses princípios podem se transformar em resultados reais, como o da Caximba Resiliente, em Curitiba. Cofinanciado pela AFD e apoiado pelo C40 com 38 milhões de euros, o projeto garante acesso a serviços urbanos essenciais para os mais vulneráveis, leva saneamento, parques lineares e participação comunitária a mais de 10 mil pessoas, tornando o bairro modelo em resiliência urbana.

O projeto do Bairro Novo do Caximba é um marco da adaptação climática em Curitiba, integrando infraestrutura, natureza e participação comunitária em uma área vulnerável, e tornando-se referência para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade. Além dele, o Centro+4D, em Porto Alegre, e com o apoio da Centro+4D, em Porto Alegre, e com o apoio da AFD e do Banco Mundial, adapta o centro urbano às mudanças climáticas, reduz riscos de inundação e promove transporte sustentável para 279 mil habitantes.

Redes de cidades globais, como a C40 Cities, desempenham um papel crucial ao conectar líderes municipais, trocar experiências, disseminar soluções inovadoras e apoiar cidades na

preparação de projetos climáticos que podem ser conectados em plataformas de parcerias para financiamento, como a AFD e outras instituições financeiras.

Estratégias financeiras bem elaboradas podem transformar rios, corredores verdes e outras soluções baseadas na natureza em motores de inclusão e resiliência urbana. Investir nessas soluções não é apenas bom para o clima, é bom para as pessoas e para as economias locais. Parcerias entre C40 e AFD, por exemplo, estão ajudando a mobilizar financiamento em grande escala para que esses projetos pioneiros se tornem transformações em toda a cidade, e não sucessos isolados.

Em clima da COP30, em andamento em Belém, e da C40 World Mayors Summit, realizada no começo deste mês, no Rio Janeiro, lançamos um chamado à ação: não podemos pensar no clima sem pensar nas pessoas. Cidades melhores são cidades mais inclusivas e justas para todos.

Mobilidade, habitação, lazer e serviços devem ser projetados para que cada pessoa possa usufruir plenamente da cidade. Esses devem ser integrados com planejamento de soluções baseadas na natureza e na promoção de resiliência local. E isso só é possível ao envolver as comunidades locais no desenho de projetos de desenvolvimento urbano.

O futuro urbano decide-se nos bairros, com a participação das comunidades e, em especial, das mulheres. As cidades brasileiras têm um grande potencial pela riqueza cultural, social, ambiental e econômica que elas têm. É agora que devemos agir para garantir cidades brasileiras verdes, prósperas e resilientes para as próximas décadas.

» História de Brasília

Excelente iniciativa a da delegacia do IAPC em Brasília determinando a desdetonação de todos os apartamentos. Os inquilinos terão que comprar apenas uma lata de querose para se verem livres das baratas que estão invadindo todos os apartamentos. (Publicada em 12/5/1962)